

# **Código de Ética da U.V.P./F.P.C.**

## **Âmbito de Aplicação**

### **Art. 1**

O presente Código é aplicável às pessoas seguintes:

1. membros da Direcção;
  2. membros dos Conselhos;
  3. membros das comissões;
  4. funcionários da U.V.P./F.P.C.;
  5. comissários;
  6. delegados técnicos,
- cada uma das pessoas será mencionada como “Parte”.

O presente Código não se aplica aos membros do Conselho de Disciplina e Conselho Jurisdicional. Eles deverão seguir os princípios gerais que regem os organismos judiciários.

## **Princípios**

### **Art. 2**

Cada uma das Partes deverá, tanto no exercício das suas funções no seio da U.V.P./F.P.C. como na sua vida quotidiana, respeitar os princípios da:

1. dignidade humana
2. não discriminação, qualquer que seja o motivo subjacente: raça, sexo, nacionalidade, origem étnica, religião, opiniões políticas e filosóficas, estado civil ou qualquer outro
3. não violência, incluindo abstenção de exercício de qualquer tipo de pressões e assédio, quer seja físico, psicológico, profissional ou sexual
4. amizade, ajuda mútua e fair-play
5. integridade
6. prioridade aos interesses do ciclismo e da U.V.P./F.P.C. em detrimento do interesse pessoal
7. prioridade aos interesses do desporto e dos atletas em detrimento dos interesses financeiros
8. protecção do ambiente
9. neutralidade política
10. Olimpismo

### **Art. 3**

Todas as Partes deverão, em todas as ocasiões e até ao melhor da sua capacidade, servir os interesses do ciclismo e da U.V.P./F.P.C.. Eles deverão estar conscientes da sua missão e da sua responsabilidade pessoal e desenvolver todas as diligências necessárias para as exercer da melhor forma. Evitarão ter qualquer comportamento que seja susceptível de comprometer a reputação do ciclismo ou da U.V.P./F.P.C..

## **Integridade**

### **Art. 4**

As Partes deverão abster-se de solicitar, aceitar ou propor de forma directa ou indirecta, qualquer pagamento ou comissão, quaisquer benefícios ou serviços de qualquer natureza, em contrapartida da sua acção para a U.V.P./F.P.C. e que não tenham sido acordados ou autorizados pela autoridade competente da U.V.P./F.P.C.. Eles informarão a U.V.P./F.P.C. de quaisquer ofertas desta natureza que lhes sejam dirigidas.

### **Art. 5**

Apenas podem ser oferecidos ou aceites pelas Partes ofertas de valor simbólico, em sinal de reconhecimento ou de amizade e em conformidade com os costumes locais habituais. Quaisquer outras ofertas recebidas têm de ser enviadas à U.V.P./F.P.C.. Quaisquer outras ofertas feitas a terceiros têm de ser autorizadas pela autoridade competente da U.V.P./F.P.C..

Da mesma forma, as partes e quaisquer outras pessoas que as acompanham abster-se-ão de aceitar a hospitalidade oferecida pelos seus anfitriões se esta ultrapassar os limites fixados pelas normas em vigor na região destes últimos. Qualquer caso que viole esta disposição deverá ser apresentado perante a comissão de ética. Esta regra também se aplica à hospitalidade dispensada aos parceiros da U.V.P./F.P.C..

As Partes deverão informar os seus *Partners* destas disposições.

### **Art. 6**

As partes não deverão manter relações com quaisquer organismos, empresas ou pessoas cujas actividades sejam incompatíveis com os princípios definidos nos Estatutos da U.V.P./F.P.C., na carta Olímpica e no presente Código.

### **Art. 7**

As Partes que representam a U.V.P./F.P.C. num organismo externo serão obrigadas a intervir e a votar em conformidade com as instruções que possam ter recebido da autoridade competente da U.V.P./F.P.C. ou, na falta destas, com base nas suas convicções pessoais, com independência face aos interesses do ciclismo e da U.V.P./F.P.C.. Não deverão aceitar de terceiros qualquer orientação do sentido de voto nem orientação de intervenção de qualquer natureza.

## **Conflito de interesses**

### **Art. 8**

Poderá produzir-se um conflito de interesses quando a objectividade de uma Parte, na expressão de uma opinião ou por ocasião de uma decisão no seio da U.V.P./F.P.C., corre o risco de ser influenciada ou de ser vista como tendo sido influenciada pela existência de interesses pessoais e financeiros.

### **Art. 9**

Se uma Parte tiver conhecimento de um potencial conflito de interesses, será obrigada a informar desse facto a comissão de ética, que indicará os meios de evitar ou de resolver o conflito. Se a comissão de ética não puder ser consultada em tempo útil, a Parte em causa deverá abster-se de executar qualquer acto ou de tomar quaisquer medidas que possam ser

susceptíveis de comportar o risco de conflito de interesses.

### **Confidencialidade**

#### **Art. 10**

As Partes abster-se-ão de divulgar qualquer informação sobre a U.V.P./F.P.C. ou as suas actividades e que não se encontrem no domínio público, excepto se a divulgação dessa informação tenha sido autorizada pela entidade competente da U.V.P./F.P.C. ou imposta por uma norma de política interna aplicável ao caso.

#### **Art. 11**

A divulgação de informação não pode visar a obtenção de qualquer lucro ou vantagem pessoal, nem pode ser motivada por intenções maliciosas com a finalidade de lesar a reputação de uma pessoa singular ou colectiva.

### **Comissão de Ética**

#### **Art. 12**

Será criada uma comissão de ética, que está dotada das competências seguintes:

1. garantir que o presente Código é respeitado
2. receber queixas relativas a qualquer infracção ao presente Código
3. prestar conselhos e apoio sobre questões de ética, particularmente no que respeita à aplicação do presente Código
4. indicar as formas de evitar ou de resolver conflitos de interesses
5. propor as sanções que poderão ser tomadas contra aqueles que violem as disposições do presente Código
6. enunciar medidas de aplicação do presente Código
7. apresentar propostas tendentes à criação de um programa de ensino da ética.

#### **Art. 13**

Anualmente, a comissão de ética apresentará um relatório na Assembleia Geral da U.V.P./F.P.C. sobre a aplicação do presente Código, enumerando todas as violações das suas disposições.

#### **Art. 14**

A comissão de ética será composta, no mínimo, por três membros. Estes serão nomeados, por proposta da Direcção, pela Assembleia Geral da U.V.P./F.P.C. dois anos após a eleição da Direcção. A primeira comissão de ética será nomeada pela Assembleia Geral da U.V.P./F.P.C. de Março/Novembro de 2005, por um período de cinco anos.

#### **Art. 15**

Os membros da comissão de ética serão nomeados para um mandato de quatro anos. Eles são inamovíveis. Se caso de vacatura de algum lugar por motivo de morte ou renúncia, a Direcção procederá, se necessário, a uma nomeação provisória, que deverá ser ratificada na Assembleia Geral seguinte.

Art. 16

As Associações Regionais são convidadas a aprovar em Assembleia Geral, um código de ética inspirado no presente código, até final de 2005.